

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 183

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 041ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
30 DE NOVEMBRO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

Às dezoito horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 085/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e outros. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 17, de 22.03.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 085/99**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Nobre Deputado Beto Richa, visa dar melhores condições de controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e outros.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.04.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 085/99**

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Beto Richa, tem por objetivo dispor sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e outros.

Tal propositura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Saúde, chamada a opinar conclui que a medida visa dar melhores condições de controle por parte da sociedade no referente ao comércio das drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos, beneficiando assim a população em geral.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.99.

(aa) **LUIZ ACCORSI** - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/99, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que fica autorizado o Poder Executivo a criar e instalar o 1º Distrito Policial no Município de Arapongas e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 81, de 28.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 361/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Ilustre Deputado Waldyr Pugliesi, autoriza o Poder Executivo a criar e instalar o 1º Distrito Policial no Município de Arapongas e dá outras providências.

Procedida a análise legal da matéria, verificamos que nada obsta a tramitação do presente projeto de lei, pelo que somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 361/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Senhor Deputado Waldyr Pugliesi, o presente projeto de lei, tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar e instalar o 1º Distrito Policial no Município de Arapongas.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, entende que é de suma importância a presente proposição, sendo que a instalação do Distrito Policial trará mais segurança, tranquilidade e agilidade ao atendimento à população.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.08.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
EDSON STRAPASSON - Relator

MEMORIAL DESCRITIVO

Conjunto Habitacional Aguias
Arapongas - Paraná

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE - Limita-se com o Lote nº 5-B-6A-1.

SUL - Limita-se com o Jardim Monte Carlos.

LESTE - Segue pelo eixo da Rua Sanhaçu de Coqueiro, eixo da Rua Dançarino de Cora Azul, eixo da Rua Pica-Pau - Loro.

OESTE - Segue pelo eixo da Rua Formigueiro Pequeno - lote 5-B-6A-1 - Jardim Monte Carlos.

(a) JAIR MILANI

Agrimensor Técnico - Paraná

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 451/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no Município de São José dos Pinhais. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 102, de 23.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 451/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Deputado Algaci Tulio, o presente projeto autoriza o Poder Executivo a criar a delegacia da Criança e do Adolescente no Município de São José dos Pinhais.

Fundamentação

Cabe ao Estado colocar a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, a criança e o adolescente, com absoluta prioridade. Essa obrigação é de natureza constitucional e infra-constitucional (exemplo: Estatuto da Criança e do Adolescente).

Conclusão

Analizada a matéria, essa comissão nada encontra de ordem constitucional e legal que obste a regimental tramitação do Projeto nesta Casa de Leis.

Outrossim, sendo o projeto meramente autorizatório, fica a crédito do Poder Executivo o interesse público da medida nele contida.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 451/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Deputado Algaci Tulio, o presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar uma Delegacia da Criança e do Adolescente no Município de São José dos Pinhais.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, entende que o Município de São José dos Pinhais vem enfrentando problemas com adolescentes infratores, sendo que a situação está cada vez mais preocupante, de forma que faz-se urgente a necessidade

da criação de uma Delegacia do Adolescente naquela Comarca.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 483/99, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo determinar a impressão nas capas e contracapas de cadernos escolares os hinos: Nacional, da Bandeira, do Paraná e da Independência. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 119, de 20.09.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 483/99

P A R E C E R :

Parecer ao Projeto de Lei nº 483/99 de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo determinar a impressão nas capas e contracapas de cadernos escolares os hinos: Nacional, da Bandeira, do Paraná e da Independência.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e Constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 483/99

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo determinar a impressão nas capas e contracapas de cadernos escolares os hinos: Nacional, da Bandeira, do Paraná e da Independência.

Tal propositura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Educação chamada a opinar, conclui ser de fundamental importância as letras dos hinos veiculadas nas capas e contracapas dos cadernos escolares pois objetiva levar ao conhecimento dos nossos filhos das letras dos hinos mais importantes da nossa nação.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.99.

(aa) ANTONIO ANNIBELLI - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 598/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 22/99, que dispõe que todos os órgãos da Administração Indireta do Estado, exceto as Universidades Estaduais, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro disponível - Ativo Financeiro menos Passivo Financeiro exclusive os recursos de aplicação vinculadas, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **(Publ. no D.A. nº 181, de 29.11.99 - Mens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 598/99

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo dispor que todos os órgãos da Administração Indireta do Estado, exceto as Universidades Estaduais, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro disponível - Ativo Financeiro menos Passivo Financeiro.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 598/99

P A R E C E R :

O presente Plano de Lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 22/99, tem por objetivo dispor que todos os órgãos da Administração Indireta do Estado, exceto as Universidades Estaduais, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, até 90% (noventa por cento) do saldo financeiro disponível - Ativo Financeiro menos Passivo Financeiro.

Tal propositura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Finanças chamada a opinar acompanha o parecer favorável da supracitada comissão.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.99.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar)

Senhor Presidente, infelizmente nós não tivemos como acompanhar a reunião da C.C.J. na tarde de hoje, quando este projeto foi naquela Comissão discutido.

Eu me lembro de que no ano passado, nós fizemos aqui uma mobilização muito grande, porque, naquela oportunidade quando o governo pretendia fazer o raspacho em todas as Fundações e Autarquias, naquela oportunidade o Governo também retirava os recursos do Fundo Paraná de Ciência e Tecnologia. É evidente que no dia de hoje estamos votando apenas a constitucionalidade e até onde a gente tem entendimento - e pelo que deve ter sido decidido na Comissão de Justiça, o projeto reveste-se da constitucionalidade.

No entanto, gostaria, se possível fosse, Deputado Valdir Rossoni, que antes de nós votarmos a constitucionalidade Vossa Excelência ou um dos vice-líderes do Governo pudessem relatar a nós, esclarecer o montante de recursos, quais são as instituições que estão liberando esses recursos para o Governo do Estado.

Porque, confesso a Vossa Excelência que não tive como participar da reunião da C.C.J. e não acompanhei os esclarecimentos.

Então fica um pouco difícil para gente votar a favor dessa proposta, quando a gente não conhece o seu inteiro teor, não sabe o montante de recursos que está sendo centralizado pelo governo do Estado. Não sabe a finalidade a que se destina esses recursos. Não sabe em que despesa será utilizado.

Então gostaria que Vossa Excelência pudesse esclarecer, a nós, em especial da Oposição, para que a gente pudesse fazer um juízo e, ao final, deliberar o voto de cada um de nós.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, passo a responder o ilustre Líder do PMDB, dar encaminhamento á votação, dizendo ao Deputado Orlando Pessuti de que nós hoje estamos votando a sua constitucionalidade, e isto é um praxe não só do nosso Governo, mas lembro-me muito bem, quando estava aqui nesta Casa de governos anteriores.

Quanto a constitucionalidade não há nada que impeça de que o nobre Parlamentar venha votar a favor ao projeto, e amanhã quando nós entrarmos na questão do mérito, eu farei todo o esforço possível para esclarecer as dúvidas do ilustre Parlamentar, é claro, que eu tenho tido muita dificuldade de me fazer esclarecer ao Deputado Pessuti.

O Deputado Pessuti é um Deputado inteligente, é um Deputado de muita experiência, e eu vou procurar no dia de amanhã, esclarecer todas as dúvidas ao ilustre parlamentar.

Por isso eu peço o voto do ilustre Líder do PMDB, dos seus nobres Pares em favor da sua constitucionalidade, e amanhã, na questão do mérito nós vamos procurar deixar clara esta questão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão, em votação, os Deputados que aprovam a constitucionalidade do Item 5, da pauta, Projeto 598/99, permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº606/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 23/99, que altera a redação dos dispositivos da lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995 - imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. (Publ. no D.A. 181, de 29.11.99- Mens.)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 606/99**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei encaminhado para análise desta comissão, é originário da mensagem nº023/99 do Senhor Governador e tem por objetivo:

1 - Alteração do calendário para pagamento do imposto cujo fato gerador se materializa no dia 1º de janeiro de cada ano, relativamente dos veículos adquiridos nos exercícios anteriores;

2. Atualização da base de cálculo dos veículos conforme tabela proposta e anexada ao projeto;

3. Correção da base de cálculo para aeronaves e embarcações com mais de 20 anos de fabricação;

4. Mantém o desconto de 10% do valor devido para pagamento do imposto em parcela única até o vencimento.

As modificações propostas à Lei do IPVA, através do presente Projeto de Lei, foram analisadas à luz das Constituições Federal, Estadual, do Código Tributário Nacional e do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa e nenhum embargo foi encontrado, portanto a Proposição merece Parecer Favorável desta Comissão de Constituição e Justiça para que siga tramitação em Regime de Urgência até oportuna deliberação no Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 30.11.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 606/99**

P A R E C E R :

O presente Plano e Lei de autoria do poder Executivo oriundo da Mensagem Governamental nº 23/29, tem por objetivo alterar a redação da Lei n 11.280, de 26 de dezembro de 1995. IPVA.

Tal propositura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar acompanha o parecer favorável da supra citada comissão.

Pelo exposto, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.99.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator.

Em votação.

Para encaminhar, Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Senhor Presidente)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Nós, como veio a mensagem do Governo, somos frontalmente contra a posição assumida pelo Governo do Estado do Paraná. O próprio CONTRAN, através de uma portaria, já autorizou e determinou que poderia ser feito o emplacamento como vinha sendo feito, somente com uma ressalva, que no final de dezembro todo o emplacamento do ano deveria ter sido pago. Na atualidade os carros vencidos com a placa "zero", tem, quando a opção é por três pagamentos, eles fazem um pagamento em dezembro, passando para o ano subsequente, os dois restantes pagamentos do exercício findo.

E nós, que entendemos que como vinha sendo feito a cobrança no Estado do Paraná, não concordamos de maneira alguma, e sabemos que hoje é tão somente a questão constitucional deste projeto, nos reservamos o direito no dia de amanhã, através da nossa Liderança das Oposições, apresentar as Emendas que o povo do Paraná exige e merece o respeito de que sejam atendidas.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, da mesma forma estamos votando a Mensagem do Poder Executivo nº 23/99, que se refere ao IPVA, e estamos votando a constitucionalidade. Isto é normal sempre nos finais de ano, regulamentarmos o recolhimento do IPVA para o próximo ano.

Quanto à questão do mérito e quanto a questão da forma que será cobrada, teremos oportunidade de discutirmos no dia de amanhã e estamos fazendo um esforço muito grande para encontrarmos uma forma que venha de encontro aos interesses do povo paranaense.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, na C.C.J. de hoje, nós, da Oposição, votamos contra a constitucionalidade desta matéria por entender que ela fere os interesses do povo do Paraná.

Acreditando no entendimento das Lideranças que compõem esta Casa, não pedimos vistas, fato que o Regimento nos facultava, justamente para o projeto pudesse estar na pauta desta sessão.

Todavia, Senhor Presidente, não podemos deixar sem registrar aqui, que a cada ano que passa, ficamos

mais convencidos que a situação do Paraná é dramática na questão financeira.

É dramática! Porque este projeto de lei do IPVA

do IPVA é uma demonstração clara, inequívoca que o Estado do Paraná está numa penúria total.

Ora, nunca, que eu me lembre, o Estado do Paraná concentrou a arrecadação do IPVA num ou em 2, 3 meses. Foi dado ao contribuinte a possibilidade de quitar esse imposto de veículos durante os doze meses do ano. E o Governo Jaime Lerner que liquidou completamente com as finanças do Estado do Paraná, que está lá em Brasília, com o pires na mão, tentando antecipar as receitas dos royalties, que manda um Projeto de Lei e até votamos favoráveis, lá na CCJ, e dissemos para o Governo do PMDB que também fez isso e não temos, na verdade, não vamos fazer o proselitismo, aqui, de votar contra com relação ao raspa tacho, e votamos favorável a tramitação desse Projeto. Mas, ficamos convencidos, Senhor Presidente, que o Governador não tem dó e nem clemência do povo do Paraná, ao mandar esse Projeto absolutamente inaceitável, onde tenta tirar do contribuinte, que já paga uma carga pesada de impostos, a última gota de sangue.

Por isso, o PMDB, por entender que este Projeto do jeito que está contraria os interesses da grande maioria do povo do Paraná, votará contra a constitucionalidade da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Continua em discussão a constitucionalidade da Mensagem 23/99. Em votação. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, peço para registrar o voto contrário do Deputado Orlando Pessuti, Ademir Bier, Nereu Moura, Luiz Carlos Zuk, Valdyr Pugliesi, Edgar Bueno, Caíto Quintana, Edson Strapasson e Deputada Luciana Rafagnin.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 1º, logo após a sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 451 e 483/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 571, 581, 593 e 603/99.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 58/99

prorrogar, a disposição funcional da servidora deste Poder Legislativo, Maria Aparecida de Souza Gorish, no Tribunal de Justiça, para prestar serviços junto ao gabinete do Sr. Desembargador Fleury Esteves Fernandes, até

31 de dezembro de 2000, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 10764/99)

PORTARIA Nº 59/99

conceder, licença para tratamento de saúde, a servidora deste Poder Legislativo, Maria Elizabete Camati, de trinta (30) dias, a partir de 10.11.99. (C.I.D.J84.0-10).

(Prot. nº 11088/99)

Gabinete da Diretoria Geral, em 01.12.99.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral